



PROJETO DE LEI

PL./0342.9/2017



Concede Título de Cidadão Catarinense ao Senhor José Antônio Torres Marques.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Catarinense ao Senhor José Antônio Torres Marques.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

[Handwritten signature]
Getoul Messias

[Handwritten signature]
Deputado Gabriel Ribeiro

[Handwritten signature]
Yelso

[Handwritten signature]
Ismael

[Handwritten signature]
SALMO CUNHA

[Handwritten signature]
SILVIO DREVECK

Lido no Expediente
82ª Sessão de 12/09/17
As Comissões de:
- 5 Justiça
- Turca Cabano
Secretário

[Handwritten signature]
RICARDO GUBI

[Handwritten signature]
Milton Hobus
Deputado Estadual

[Handwritten signature]
JEAN Kuhlmann

[Handwritten signature]
JOSE NEI

[Handwritten signature]
ZE MILITARI

[Handwritten signature]
ROMANUS



JUSTIFICATIVA

Natural de Porto Alegre, filho do tabelião José Luiz Duarte Marques e Elma Torres Marques, casado com Ana Cristina Pacheco, é pai de Eduardo Neto Marques, engenheiro elétrico, e de Antônio Torres Marques, estudante.

Formado em Direito pela Pontífica Universidade Católica de Porto Alegre, colou grau em 1979. A partir de então, foi Secretário da Presidência do Tribunal de Alçada gaúcho desde 1979, até a aprovação e posse como Juiz Substituto neste Estado, em 2 de maio de 1983.

Foi lotado na comarca de Lages, período em que também atuou em Anita Garibaldi, e posteriormente foi promovido a titular das comarcas de Trombudo Central, Orleans, São Miguel do Oeste e Lages, até ser removido para Capital, em 11 de maio de 1993.

Atuou como Juiz Auxiliar da Corregedoria e da Presidência na gestão do Des. João Martins, a partir de 12 de março de 1996, até ser removido para o cargo de Juiz Substituto de 2º Grau, em 16 de setembro de 1999.

Promovido ao cargo de Desembargador em 17 de maio de 2002, vinha atuando na Terceira Câmara Criminal e na Presidência da Seção Criminal.

Na vida associativa, foi Secretário-Geral da Associação dos Magistrados Catarinenses - AMC na gestão do Des. Cesar Abreu e Tesoureiro na gestão do Juiz Paulo Bruschi.

Dedicando-se ao magistério, foi professor na Universidade do Planalto Catarinense - Uniplac em Lages, e da Escola Superior da Magistratura do estado de Santa Catarina - ESMESC, lecionando Direito e Processo Penal.



Participou como membro efetivo de comissões examinadoras do Concurso para Ingresso na Magistratura Catarinense, bem como dos Conselhos de Administração, da Magistratura, e de Gestão.

Nas últimas administrações, foi Presidente do Fundo de Reaparelhamento da Justiça e do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação, e 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça Catarinense.

Atualmente é Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (gestão 2016/2018).

Diante do exposto, pela relevância do seu trabalho em prol do Estado e de toda a sociedade Catarinense, peço o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do Projeto de Lei em tela.

Sala das Sessões,

Deputado Gabriel Ribeiro

